

Cristiane Horst, Marcelo J. Krug, Joachim Steffen

Plurilinguismo e Contatos Linguísticos



10 anos do
Grupo Atlas das
Línguas em
Contato na
Fronteira (ALCF)

Plurilinguismo e Contatos Linguísticos

10 anos do grupo Atlas das Línguas em Contato na Fronteira (ALCF)

Cristiane Horst, Marcelo Jacó Krug, Joachim Steffen

Plurilinguismo e Contatos Linguísticos

**10 anos do grupo Atlas das Línguas em Contato na
Fronteira (ALCF)**

Para citar esta publicação, utilize por favor este link:

<https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:bvb:384-opus4-1188624>

Informação bibliográfica da Biblioteca Nacional Alemã:

A Biblioteca Nacional Alemã registra esta publicação na Bibliografia Nacional Alemã; dados bibliográficos detalhados estão disponíveis na Internet em dnb.dnb.de.

O volume completo é publicado pelos editores em Acesso Aberto sob a licença CC-BY-NC 4.0 e editado e disponibilizado por meio do repositório OPUS da Universidade de Augsburg. Todas as citações de textos e imagens estão protegidas por direitos autorais. Todos os direitos, incluindo reprodução, publicação, edição e tradução, estão reservados.

© 2025

Cristiane Horst, Marcelo J. Krug, Joachim Steffen

Produção e Editora: BoD – Books on Demand, Norderstedt

A publicação foi apoiada com recursos da Universidade de Augsburg.

A ilustração da capa apresenta um recorte da região abordada no livro, com base em um mapa do cartógrafo Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville, datado de 1733.

ISBN: 9783769377651

Sumário

Cléo V. Altenhofen

Prefácio 1

Felício Wessling Margotti

Contribuições da língua italiana na formação do português no sul do Brasil 5

Martina Steffen

A situação sociolinguística na região fronteira de Misiones (Argentina-Brasil):
Observações a partir de levantamentos preliminares para o ‘Atlas das línguas em contato
na fronteira’ 29

Cristiane Horst, Celina Eliane Frizzo, Ana Elizabete Fornara, Marcelo Jacó Krug

Por uma educação plurilinguística – reflexões sobre trabalho com a diversidade
linguística na escola: um olhar para a BNCC 49

Edenize Ponzó Peres, Marco Antônio de Oliveira

Panorama dos estudos de contato entre o português e as línguas italianas de imigração no
Espírito Santo 75

Ediene Pena Ferreira, Marco Antônio de Oliveira

Diversidade linguística no oeste paraense: o perfil dos alunos indígenas da Universidade
Federal do Oeste do Pará 95

Joachim Steffen, Marcelo Jacó Krug

Gramaticalização induzida por contato linguístico: o caso de algumas partículas modais
nas variedades de bilíngues no Sul do Brasil 111

Simone de Sousa Naedzold, Antonio Carlos Santana de Souza

Considerações sobre atlas linguísticos: a constituição linguística dos falares do/no Brasil
..... 129

Neusa Inês Philippsen

Siclano ou sicrano: variante linguística motivada por assimilação ou preconceito
linguístico? 151

Sanimar Busse

Crenças e atitudes linguísticas: o encontro de línguas e falares no oeste do Paraná..... 177

Rayani Andressa da Cruz Oliveira, Cristiane Schmidt

Desafios do ensino de variação linguística em tempos de pandemia da covid-19:
revisitando algumas sugestões pedagógicas..... 195

Sobre os autores 215

Considerações sobre atlas linguísticos: a constituição linguística dos falares do/no Brasil

Simone de Sousa Naedzold, Antonio Carlos Santana de Souza

Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT, Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS

1. Introdução

Este texto foi elaborado, analisado por pareceristas e aprovado em 2021 para a Qualificação Fora de Área que os doutorandos, do Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus Cáceres, que entraram até 2020, deveriam apresentar como requisito para a permanência no Programa e nele tecemos considerações sobre a importância das pesquisas linguísticas, principalmente, após 1916, com a publicação do **Curso de Linguística Geral**, de Ferdinand de Saussure (2012), organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger.

Na seção 2, ‘A linguística também merece que se lute por ela’¹, socializamos uma busca histórica, por meio de estudos bibliográficos, de como Saussure (2012), Meillet (1948), Bréal (1992), Benveniste (1976, 2006) e Labov (2008) influenciaram as pesquisas no âmbito da Linguística e a contribuição dos estudos destes pesquisadores para o fortalecimento da Sociolinguística e da Sociolinguística Variacionista.

Na seção 3, ‘Contribuições da Sociolinguística’ apresentamos um estudo mais voltado às pesquisas brasileiras sobre o tema. Neste sentido, os pesquisadores Bagno (2007), Alkmim (2003), Antunes (2002) trazem contribuições importantes aos desdobramentos dos estudos, no Brasil, das pesquisas apresentadas na seção 2.

Na seção 4, ‘Atlas linguísticos: a constituição dos falares do/no Brasil’, buscamos apresentar os dados sobre o Atlas Linguístico de pesquisadores brasileiros e faz-se uma

¹ Parafraseamos aqui de Allan Kundera (apud GADET, PÊCHEUX, 2004, p. 33) o tema “[...] a metáfora merece que se lute por ela”; de Orlandi (2009, p. 193), [...] o nome da língua (ele diz metáfora) merece que se lute por ela” e de Medeiros (2012) “[...] a língua merece que se lute por ela” para nomear esta sessão e discorrer acerca das pesquisas em Linguística.

ponte aos estudos de Dias (1996) e Guimarães (1995) para explicitar alguns dados históricos sobre a história da língua no Brasil. Nesta seção, mostra-se o Decreto n. 30.643/1952 e sua contribuição para os estudos que subsidiaram o início da criação do Atlas Linguístico do Brasil. Importante notar que os percursores da Linguística e da Sociolinguística, no Brasil e fora dele, fomentaram e fomentam a continuidade dos estudos e a criação dos Atlas Linguísticos aparecem juntamente com a divulgação desses estudos.

Na subseção 4.1, ‘O Projeto ALiB’, evidenciamos mais precisamente que os pesquisadores brasileiros, a partir de 2004, começam a publicar os resultados das pesquisas realizadas nas diferentes regiões do país para a criação do Atlas Linguístico Nacional. Deste modo, os livros intitulados **Documento 1** (2004), **Documento 2** (2006), **Documento 3** (2012), **Documento 4** (2013) e **Documento 5** (2015) do Projeto ALiB, que são organizados por Aguilera, Milani, Mota, Cardoso, Paim, Ribeiro apresentam dados muito importantes sobre o assunto. Nas Figuras 01 e 02 mostramos a evolução dos Atlas por estado brasileiro e como de 2008 a 2013 muito se adiantou neste campo de pesquisa. Nas Figuras 03 e 04 fazemos uma relação das principais famílias e troncos das línguas indígenas com o processo de cooficialização de Línguas Autóctones e Alóctones no Brasil iniciado em 2002.

Na seção 5, ‘Considerações’, retomamos alguns pontos importantes desenvolvidos no corpo do texto e elaboramos alguns apontamentos para as pesquisas em Linguística e Sociolinguística no Brasil. E por fim, elencamos as Referências de autores e obras consultados e citados no texto.

Este texto apresenta estudos iniciais, de cunho bibliográfico, de muitas pesquisas que estão em andamento no Brasil, neste momento, e os dados que nos trazem Aragão (2008, 2020) e Mota e Cardoso (2006) sobre o próprio Projeto ALiB; Isquierdo (2006), sobre os procedimentos metodológicos nas entrevistas; Altenhofen (2006) sobre as interfaces entre dialetologia e história e, ainda, dados referentes aos Atlas Linguísticos das diferentes regiões do país e os relatórios de pesquisas em andamento merecem uma atenção especial e são leituras imprescindíveis para o aprofundamento do tema. Observa-se, no entanto, que estes aprofundamentos serão objetos de análises futuras.

2. A linguística também merece que se lute por ela

A Linguística entrou para o rol de Ciência da Linguagem a partir de 1916 com a publicação do livro Curso de linguística geral de Ferdinand de Saussure. A Linguística tem por objeto a língua. Saussure, um estudioso da linguagem e das línguas indo-europeias, para transformar a Linguística em Ciência, realizou recortes em seus estudos para delimitar o que seria o objeto desta disciplina. Deste modo, de forma sincrônica, delimitou a língua como objeto de estudos da Linguística e a estudou num espaço específico. Assim definida, a língua transforma-se em objeto da Linguística e a Linguística em Ciência, encaixando-se nos preceitos do estruturalismo vigente na época em que uma das formulações mais fortes era de que os objetos das ciências não poderiam ser mutáveis ou múltiplos. Neste sentido, Saussure exclui, ao recortar seu objeto de estudos, a fala, o sujeito e a história e, por isso, tem sido criticado ao longo dos anos.

A história de Saussure vincula-se a de outros pesquisadores como Meillet e Bréal. Os estudos e publicações destes estudiosos fundamentaram, ainda no século XIX, os preceitos teóricos metodológicos para que a Linguística pudesse realmente ser referida como Ciência.

Michel Jules Alfred Bréal nasceu em 1832 em Landau, na Alemanha. Em 1877 publica *Mélanges de mythologie et de linguistique* (Misturas de mitologia e linguística); 1883, *Les lois intellectuelles du langage* (As leis intelectuais das línguas) e em 1897 *Essai de sémantique* (Ensaio de semântica) e neste mesmo ano apresenta *Des lois phoniques* (Das leis fônicas). Em 1904, publica a terceira edição de *Essai de sémantique* acrescida com os textos *La linguistique est-elle une science naturelle?* (A linguística é uma ciência natural?) e *Les commencements du verbe* (O começo do verbo);; morre em 1915, em Paris.

Ferdinand de Saussure nasce em 1857 na Suíça. Em 1879, publica *Mémoires sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européens* (Memórias sobre o sistema vocálico primitivo em línguas indo-europeias). Em 1881, inicia seu trabalho na *École Pratique des Hautes Études*, na França. Em 1907, ministra o primeiro curso de linguística geral, em Genebra, Suíça; 1908-1909, segundo curso de linguística geral, em Genebra, Suíça e em 1910-1911, o terceiro curso de linguística geral, em Genebra, Suíça; em 1912, publica *Adjectifs indo-européens du type caecus 'aveugle'* (Adjetivo indo-europeu do tipo caecus 'cego'); morre em 1913, em Morges, Suíça. Em 1916, publicação póstuma de *Cours de linguistique générale* organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye e com a colaboração de Albert Riedlinger.

Paul Jules Antoine Meillet nasce em 1866 na França e em 1889 substitui Saussure na *École Pratique des Hautes Études*; em 1905, publica *Comment les mots changent de sens*

(Como as palavras mudam de significado) e neste mesmo ano substitui Michel Bréal no Collège de France e em 1936 falece também na França.

Saussure (2012) e Bréal (1992) influenciaram e foram influenciados pelos estudos de Meillet, principalmente, no que concerne aos estudos das línguas indo-europeias e suas características. Para Meillet, os fatores internos, ou seja, relacionados a estrutura da língua como a formação dos radicais, prefixos e sufixos, o léxico são características que acompanham os falantes e, dependendo do caso, das comunidades de fala e das invasões territoriais, estes podem ser alterados, assim como os fatores externos como a mudança lexical ao longo dos anos e a própria constituição deste léxico, pois quando uma criança nasce, vai adquirir a língua de sua comunidade de fala e não a língua de seus antepassados.

Estes estudos linguísticos tiveram seguimentos com outros pesquisadores. Destacamos Émile Benveniste e mais tarde William Labov já em outro nível de estudos, como veremos mais abaixo.

Émile Benveniste nasce em 1902, em Alepo, na Síria. Em 1927, substitui Meillet na École Pratique des Hautes Études; e em 1937, substitui Meillet no Collège de France. Em 1946, publica Estrutura das relações de pessoa no verbo; em 1966, Problemas de linguística geral em que reproduz vários textos escritos anteriormente entre os anos de 1939 a 1963. Ao todo, são 27 textos publicados no livro I; em 1974, publicou Problemas de linguística geral II com seleção de textos entre os anos de 1965 e 1972. Ao todo, 47 textos publicados. Morre em 1976, em Paris.

William Labov nasceu em 1927 em Rutherford, Nova Jersey, Estados Unidos. Publicou em 1968, com Uriel Weinreich e Marvin Herzog, Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança de linguagem e em 1972, Padrões sociolinguísticos; em 2007, Transmissão e difusão. Algumas de suas obras não estão traduzidas ao Português Brasileiro. Este escritor é um dos representantes e iniciador da Sociolinguística Variacionista.

Alkmin (2003, p. 28) nos informa que, em um Congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), em 1964, do qual participaram vários estudiosos, inclusive William Labov, aparece a palavra “[...] Sociolinguística, relativo a uma área da Linguística [...]” cujo objeto é a diversidade linguística, conforme Bright (1974), e, com o próprio Labov, a Sociolinguística Variacionista. Outro estadunidense, John Joseph Gumperz, vai trabalhar com a Sociolinguística Interacional que estuda como os usuários da língua criam significado por meio das interações sociais.

A língua, para os sociolinguistas, diz Bagno (2007, p. 36, grifos do autor), “[...] é intrinsecamente heterogênea, múltipla, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução [...] a língua é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído”.

Essas mudanças denominam-se variação linguística, ou seja, confirma Bagno (2007, p. 38) “[...] a língua em seu estado permanente de transformação, de fluidez, de instabilidade [...]” e abrangem tanto as variações fonético-fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, lexical e estilístico-pragmática como as provocadas pelos fatores extralinguísticos: origem geográfica, status socioeconômico, grau de escolaridade, idade, sexo, mercado de trabalho e redes sociais (BAGNO, 2007, p. 39-44).

As variações fonético-fonológicas são referentes aos diferentes modos de se pronunciar uma letra, de se produzir o som da mesma; as variações morfológicas ocorrem quando as palavras podem sofrer variações na raiz, (abatina – batina), acréscimos de afixos (prefixos e sufixos) e outros; as variações sintáticas ocorrem quando se faz uso de paráfrases para escrever a mesma frase; as variações semânticas ocorrem quando as palavras podem significar diferentemente em outros contextos de uso; as variações lexicais ocorrem quando existem duas ou mais palavras que significam a mesma coisa e as variações estilístico-pragmáticas estão ligadas aos diferentes modos de falar dependendo do monitoramento do falante e seus grupos de fala.

As comunidades ou grupos de fala, neste contexto, são comunidades linguísticas que se constituem, afirma Alkmim (2003, p. 31) por “[...] um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos”. Alkmim (2003) observa que essas comunidades são compostas não por pessoas que falam do mesmo modo, mas que se orientam pelo mesmo conjunto de regras linguísticas.

Na Sociolinguística, de acordo com Bagno (2007, p. 46-47), temos vários tipos de variação: diatópica, diastrática, diamésica, diafásica e diacrônica. A variação diastrática, por exemplo, “[...] é a que se verifica na comparação entre os modos de falar das diferentes classes sociais”. (BAGNO, 2007, p. 46, grifo do autor), e pode ser analisada segundo a classe social; idade; gênero; situação ou contexto social.

A Sociolinguística, de modo geral, procura reestabelecer o que fora excluído por Saussure: a história, o falante e o objeto (GUIMARÃES, 1995, p. 11) e foi para recobrir os estudos e as pesquisas neste espaço que a Sociolinguística nasceu, porque as questões históricas, culturais, sociais e ideológicas que fazem parte do contexto dos falantes são significativas e completam a análise de um indivíduo completo. Para a Sociolinguística, “Todas as línguas do mundo são sempre continuações históricas”, nos diz Alkmim (2003, p. 33). Por mais que estes contextos sejam polissêmicos e múltiplos, ainda assim, a língua, a linguagem não podem se furtar a eles. “Isso fica bastante visível nos estudos pioneiros de Labov (1966; 1972), que tomam como objeto de reflexão e análise a própria estrutura e a evolução da linguagem no contexto social”. (SILVA, 2015, p. 20).

Numa situação de sala de aula, professores e estudantes falam diferentes variações linguísticas. Bortoni-Ricardo (2004, p. 25) afirma que “Na sala de aula [...] encontramos grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não verbal”. O que se espera, neste contexto, é que os dois polos envolvidos no processo respeitem a variação um do outro e procurem, de modo geral, aprender com a diversidade linguística. É possível conviver em harmonia em sala de aula e aprender a língua mais formal sem apagar a variedade linguística dos/das aprendentes e do/a professor/a.

A estudiosa Alkmim (2003, p. 33), quando discorre acerca do objeto de estudo da Sociolinguística enquanto diversidade, depõe que “[...] a Sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do fenômeno linguístico”. E, considerando que as línguas são continuidades históricas, que se integram, se modificam e se alteram diacronicamente, não há como afirmar que haja falares certos ou errados. Os falares são diferentes, dependendo das variáveis apontadas anteriormente. Cada indivíduo constrói sua identidade nas comunidades de fala em que está inserido e, à medida que acontece contato linguístico com pessoas de outros povos ou regiões, esses falares podem sofrer alterações e continuar o curso de mudanças linguísticas da história.

Por isso, o falante de Língua Portuguesa falada no Brasil, ou Língua Brasileira, que expõe em seu falar características linguísticas próprias que se aproximam ou distanciam do uso formal da língua, está em processo de constituição de seu falar. Segundo Bagno (2007, p. 60, grifo do autor) “O discurso científico [...] trabalha com noções de variação e mudança” linguísticas e não com “discursos do senso comum”. Assim, não existe erro na língua falada por quaisquer pessoas. O que existe é uma avaliação “[...] essencialmente social, isto é, não é propriamente a língua que está sendo avaliada, mas, sim, a pessoa que está usando a língua daquele modo” (BAGNO, 2007, p. 77) e, neste sentido, “Todas as noções de “certo” e “errado” que circulam na sociedade são invenções humanas, demasiadamente humanas [...] e muitas vezes demasiadamente desumanas...” (BAGNO, 2007, p. 62).

A variação e a diversidade linguísticas são inerentes a linguagem humana, e não ocorrem de maneira aleatória, seguem regularidades de cunho estrutural ou social, pois “[...] todas as variedades, do ponto de vista estrutural linguístico, são perfeitas e completas entre si. O que as diferencia são os valores sociais que seus membros têm na sociedade” (SILVA, 2015, p. 21). Neste contexto, “Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus

falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais” (GNERRE, 1998, p. 6-7).

3. Contribuições da Sociolinguística

A Sociolinguística tem por objeto o estudo da diversidade linguística e procura, de forma geral ou específica, dependendo do processo de constituição das pesquisas, descrever não só o Português Brasileiro, mas também as demais línguas considerando aspectos fonéticos-fonológicos, lexicais, linguísticos sintéticos e pontuais, gramaticais; mostrar em mapas regionais a ocorrência de variações linguísticas encontradas nas falas de pessoas em diferentes regiões do país; diferenciar o uso de variantes através de critérios como sexo, faixa etária, escolaridade. Uma outra contribuição da Sociolinguística importante é a orientação ao ensino de variações linguísticas no que se refere à fala, à escrita e à leitura e este espaço que a Sociolinguística Educacional, pensada pela brasileira Stella Maris Bortoni-Ricardo, ocupa e que possui como fundamento o trabalho com as variedades linguísticas em sala de aula.

Irândé Antunes (2002, p. 130) afirma que “Ninguém cria [...] suas próprias regras linguísticas. A língua é um fato social, um saber coletivo, que existe em função da interação do indivíduo com os seus pares”. Construimos nosso falar com base nos falares das pessoas com quem convivemos e à medida que vamos crescendo, nossa língua se modifica dependendo de nossas ações e contatos. Se vamos para a escola e aprendemos novos idiomas ou mesmo nos aprofundamos nos estudos de disciplinas diferentes como Biologia, Química, Filosofia e outras, nosso léxico vai crescendo e se modificando e vamos adquirindo novas palavras e formas de falar. Se mudamos de estado ou de país, ocorre o mesmo só que o vocabulário é mais amplo, mais diversificado.

Os falares rio-grandenses são distintos dos matogrossenses, dos paraibanos e assim por diante. Esta diferença denomina-se em Sociolinguística de **Diatópica**, conforme Bagno (2007, p. 46). Neste sentido, **o grau de contato** faz modificar o modo de falar de cada um e a variação linguística pode ocorrer tanto individual quanto coletivamente, pois o grau de contato ou distanciamento de uma comunidade de fala provoca esta diferenciação no falar.

No plano individual, a atividade verbal vai se diferenciando, à medida que o indivíduo se afasta ou se aproxima de comunidades de fala diferentes e também por adequação aos espaços de comunicação se mais ou menos formais.

A variação linguística pode ser de diferentes tipos. Assim, temos as variedades sincrônicas, que se modificam ao mesmo tempo e que se subdividem em regionais, socioculturais e estilísticas. Para Bagno, (2007), estas variações podem abranger os fatores extralinguísticos como origem geográfica, *status* socioeconômico, grau de escolaridade, idade, sexo, mercado de trabalho e redes sociais; e as diacrônicas, que vão se modificando ao longo do tempo, na comparação entre diferentes etapas da História. (BAGNO, 2007, p. 47). A distinção entre uma variedade e outra não é facilmente estabelecida porque cada falante é diferente do outro e dependendo das características acima descritas, mesmo que pertençam a uma comunidade de fala, neste sentido, o monitoramento linguístico será diferente em diferentes situações de fala e de escrita.

Para Bagno (2007, p. 180), “Desde épocas muito remotas, as pessoas se acostumaram a comparar a língua falada mais espontânea, menos monitorada, com a língua escrita mais elaborada [...]”. A variação diamésica, por exemplo, para Bagno (2007, p. 46), se verifica na comparação entre a língua falada e escrita. E, dependendo do grau de monitoramento, uma pessoa pode falar ‘home’, ‘onte’, ‘fizero’ apresentando traços descontínuos na nasalização e escrever ‘homem’, ‘ontem’ e ‘fizeram’. (BAGNO, 2007, p. 144). O rotacismo, que é a troca de L por R, é outra variedade da língua que se relaciona com as modalidades de fala e escrita. Observa-se, com Bagno (2007, p. 73), que o Latim, idioma do qual muitas palavras da Língua Portuguesa descendem, tinha ‘flaco’, ‘clavo’, ‘blandu’, para ‘fraco’, ‘cravo’ e ‘brando’. No idioma nacional, temos ‘praca’, ‘pranta’, bicireta’ por ‘placa’, ‘planta’, ‘bicicleta’. O rotacismo pode ou não aparecer na fala ou na escrita dos indivíduos dependendo do grau de monitoramento, da faixa etária, da comunidade de fala, e outras características sociolinguísticas.

4. Atlas Linguísticos: a constituição linguística dos falares do/no Brasil

Luiz Francisco Dias (1996) revela em pesquisa que nos séculos XVI e XVII, na visão dos europeus, o idioma nacional, a língua geral ou o nheengatu tinha algumas características peculiares “[...] faltavam-lhes os sons correspondentes em português ao **F**, **L** e **R**. E isso, no entender dos viajantes europeus, definia o caráter do povo desta terra: Não tendo a língua esses sons, não teria esse povo nem Fé, nem Lei, nem Rei”.

No século XVIII, a coroa portuguesa, de modo geral, orientada pelo ‘Diálogo em louvor da nossa linguagem’, de 1540, de João de Barros, instituiu a língua portuguesa como idioma a ser ensinado aos índios no Brasil, e deste modo, através “[...] de uma carta régia de 12 de setembro de 1727, em que o rei D. João V determina ao Superior dos religiosos

da Companhia de Jesus que a língua portuguesa fosse ensinada aos índios, para o benefício da Coroa e dos moradores do Estado do Maranhão”. (DIAS, 1996, p. 11). E ainda, segundo Dias, 30 anos após a carta régia, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, edita legislação expulsando os jesuítas e novamente confirmando o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

Em meados do século XX, no Brasil, o Decreto n. 30.643 de 20 de março de 1952, que institui o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa e dispõe sobre o seu funcionamento, apresenta, em seu Art. 3º, que “O Centro em referência compreenderá, inicialmente, duas Secções: a de Direito e a de Filologia, dirigidas cada qual por uma Comissão de especialistas convidados pelo Ministro da Educação e Saúde, mediante parecer do Diretor da Casa de Rui Barbosa”. E dispõe no § 3º deste mesmo Art. que

A Comissão de Filologia promoverá pesquisas em todo o vasto campo de filologia portuguesa - fonológicas, morfológicas, sintáticas, léxicas, etimológicas, métricas, onomatológicas, dialetológicas, bibliográficas, históricas, literárias, problemas de texto, de fontes, de autoria, de influências, sendo sua finalidade principal a elaboração do “**Atlas Lingüístico do Brasil**” (BRASIL, 1952, grifo nosso).

De modo geral, os estudos sobre a variação linguística dos brasileiros se iniciam de modo mais institucionalizado a partir da publicação deste Decreto. Atentem-se para o fato de que Labov apresentou seus estudos em 1964, o que não significa que estavam começando ali; ao contrário, estavam sendo apresentados. 12 anos antes, o Brasil já estava se preparando para realizar estas pesquisas, que abrangiam aspectos sociais e históricos dos falares brasileiros.

Um dos destaques nestes estudos no Brasil é Antenor de Veras Nascentes (1886-1972) que publicou em 1958, de acordo com Hampejs (1961, p. 02), as ‘Bases para a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil’ e neste volume (o segundo será publicado em 1961) apresenta critérios básicos e fundamentais para que se possam desenvolver pesquisas neste campo e que sirvam para a constituição do Atlas. Nascentes publica obras desde 1914 e possui uma gama de livros que versam sobre diferentes aspectos da língua falada no Brasil, incluindo dicionários etimológicos e de nomes próprios, além de tratados filológicos e lexicais.

Produções importantes e que contribuíram para que a Linguística e a Sociolinguística fossem encontrando seus espaços e que na época da publicação do Decreto n. 30.643/1952 estavam sendo publicadas ou em processo de elaboração: ‘História da Língua Portuguesa’

(1952) de Serafim da Silva Neto; ‘A formação histórica da Língua Portuguesa’ (1955) de Silveira Bueno; ‘Estrutura da Língua Portuguesa’ (1960, com publicação em 1970) e ‘Nomenclatura Gramatical Brasileira’ – NGB – (1958) ambas de Joaquim Mattoso Câmara Junior; ‘Atlas prévio dos falares baianos’ (1963-1965) de Nelson Rossi e ainda ‘Língua Portuguesa e realidade brasileira’ (1968) e ‘Gramática do Português Contemporâneo’ (1970) ambas de Celso Cunha. Esta relação está descrita em Guimarães (1995).

Todos estes percursos da Linguística e da Sociolinguística, no Brasil e fora dele, fomentaram e fomentam a continuidade dos estudos, e a criação dos atlas linguísticos aparecem juntamente com divulgação desses estudos.

4.1 O Projeto ALiB

O Projeto ‘Atlas Linguístico do Brasil’ – ALiB vem publicando desde 2004, principalmente, vários documentos nos quais divulga as pesquisas que estão sendo realizadas no Brasil a fim de formar os Atlas Linguísticos Estaduais. O **Documentos 1**, organizado por Vanderci de Andrade Aguilera; Jacyra Andrade Mota e Gleidy Aparecida Lima Milani e publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA - em 2004 traz importantes contribuições relacionadas as pesquisas para a construção dos Atlas Regionais.

Já no **Documentos 2**, conforme Mota e Cardoso (2006, p. 11), observa-se uma tríplice finalidade:

[...] (i) dar informação precisa sobre o estágio atual do Projeto; (ii) mostrar que o esforço de cada Equipe Regional tem assegurado o desenvolvimento do trabalho, nada obstante não se ter conseguido, até o presente – mas mantém-se a esperança de que venha a acontecer – um financiamento global que assegure o desenvolvimento simultâneo em todo o território nacional; e, por fim, mas não em último lugar, (iii) deixar claro o compromisso que a “Família ALiB” e o Comitê Nacional que dirige o Projeto têm, e manterão, com a Dialectologia no Brasil. (MOTA & CARDOSO, 2006, p. 11)

Mota e Cardoso (2006) fazem falas importantes a respeito da situação das pesquisas dialetológicas, trazem os principais avanços e mostram, através dos textos selecionados para publicação neste Documentos, como cada estado está se movendo para construir seu Atlas Linguístico.

No **Documento 3**, Cardoso, Mota e Paim (2012, p. 11) inferem que “Os trabalhos com base nos dados do Projeto ALiB abarcam os campos fonético, inclusive prosódico, morfossintático e semântico-lexical”. São informações importantes porque as pesquisas envolvem tanto Línguas Autóctones como Alóctones.

Já no **Documento 4**, Cardoso, Mota, Paim e Ribeiro (2013, p. 14) observam que existe três aspectos que merecem destaque:

[...] primeiro, a ideia de produzir-se um atlas linguístico do Brasil; segundo, a concepção de que tal empreitada só teria viabilidade a partir da elaboração de atlas por região; e terceiro, a tentativa de criar princípios gerais, parâmetros nacionais, para, sem uniformizar, tornar a investida coordenada em nível nacional./Retoma-se neste Projeto a ideia de realização do atlas linguístico do Brasil e defende-se uma política de integração e coordenação do trabalho que se vem desenvolvendo, com a realização de atlas regionais, com vistas a se alcançar o objetivo final da produção de um atlas nacional. (CARDOSO, MOTA, PAIM & RIBEIRO, 2013, p. 13)

As autoras, deste modo, instigam pesquisadores a continuar suas pesquisas e deixam claro que as mesmas não precisam ser iguais em todos os estados, mas que é necessário que as pesquisas sejam feitas em todos os estados do Brasil.

No **Documentos 5**, Mota, Paim e Ribeiro (2015, p. 09) colocam que:

Em palavras iniciais, Suzana Alice Marcelino Cardoso apresenta o papel social de um atlas linguístico, contribuindo para o entendimento de que a língua não é instrumento de discriminação, de estigmatização; em Análises do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB): balanço do estágio atual, Jacyra Andrade Mota mostra o estágio em que se encontram as análises do *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil com o objetivo de fornecer informações sobre o andamento dessa etapa e subsidiar a programação dos novos volumes, com dados linguísticos das 250 localidades que integram a sua rede de pontos. (MOTA, PAIM & RIBEIRO, 2015, p. 09)

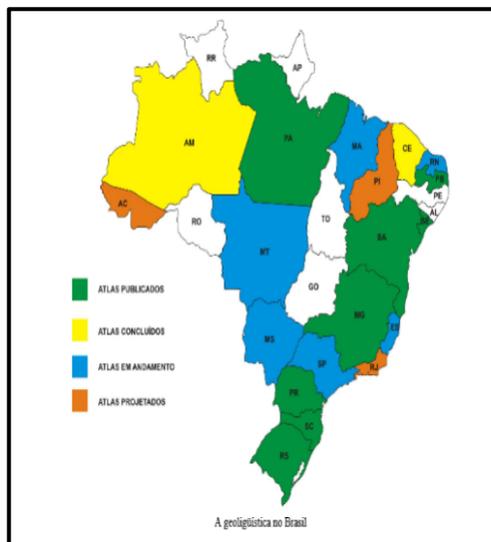
São notícias que esboçam o andamento das pesquisas e, por isso mesmo, este **Documentos 5** é um dos mais importantes materiais de divulgação científica sobre a construção/constituição do Atlas Linguístico Nacional.

Abaixo, apresentam-se, nas Figuras 01 e 02, os Atlas Linguísticos estaduais pelos pesquisadores Aragão (2008) e Romano (2013). Estas Figuras retratam o desenvolvimento das pesquisas para a construção, em várias regiões do país, dos Atlas Linguísticos. A escolha deste *corpus* se deu para mostrar de forma mais clara e evidente que não há como constituir-se um Atlas Linguísticos sem pesquisas desenvolvidas por projetos como o ALiB e outros em desenvolvimento no país.

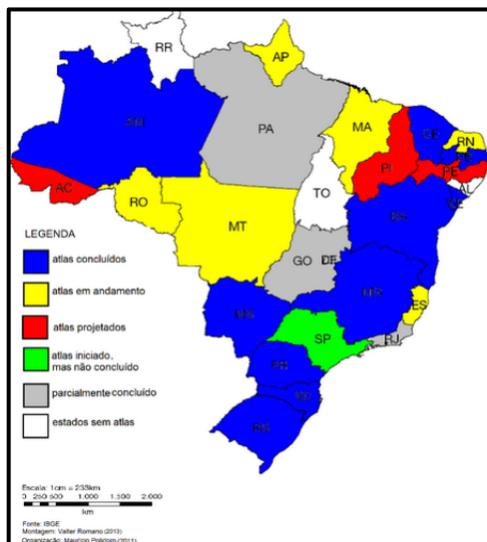
As siglas a seguir referem-se aos Estados Brasileiros: GO (Goiás), TO (Tocantins), RO (Rondônia), RR (Roraima), AP (Amapá), PE (Pernambuco), AL (Alagoas), AM (Amazonas), CE (Ceará), PB (Paraíba), BA (Bahia), SE (Sergipe), MG (Minas Gerais), MS (Mato Grosso) do Sul, PR (Paraná), SC (Santa Catarina), RS (Rio Grande do Sul), ES (Espírito Santo), MA (Maranhão), MT (Mato Grosso), SP (São Paulo), RN (Rio Grande do Norte), AC (Acre), PI (Piauí), RJ (Rio de Janeiro), PA (Pará) e DF (Distrito Federal).

Figura 01. Atlas estaduais do Brasil, 2008.

Figura 02. Atlas estaduais do Brasil, 2013.



Fonte: Aragão, 2008, p, 137.



Fonte: Romano, 2013, p. 229.

Se em 2008 tínhamos sete estados – GO, TO, RO, RR, AP, PE e AL – sem pesquisas (são os estados que estão com a cor Branca no mapa da Figura 01) para a realização de Atlas Linguístico, em 2013 observamos que este número caiu para apenas três estados – TO,

RR e AL, o que denota um avanço muito grande e as pesquisas que estão se desenvolvendo em vários estados.

Os estados com Atlas Concluídos também aumentaram. Tínhamos dois – AM e CE – em 2008 (marcados em Amarelo na Figura 01) e dez – AM, CE, PB, BA, SE, MG, MS, PR, SC e RS – em 2013 (marcados em Azul na Figura 02) e observamos que estes englobam os Atlas Pulicados e Construídos de 2008.

Com relação aos Atlas em Andamento, em 2008 tínhamos seis (marcados em azul na Figura 01) – ES, MA, MS, MT, SP, RN – e em 2013 também temos seis (marcados em amarelo na Figura 02) – AP, ES, MA, MT, RO, RN – mas alguns mudaram. AP, que estava sem Atlas em 2008, aparece com o mesmo iniciado em 2013, e o mesmo acontece com RO. SP tem seu Atlas Iniciado em 2008, mas Não Concluído em 2013. E também não aparece como Atlas Concluído em 2020, conforme dados de Aragão (2008).

Em 2008 eram três os estados (marcados com a cor Laranja na Figura 01) com os Atlas Projetados – AC, PI, RJ. Em 2013 temos três: AC e PI continuam e entra PE que não tinha Atlas Iniciado em 2008. RJ vai para lista dos Atlas Parcialmente Concluídos em 2013. Em 2013 também aparecem com Atlas Parcialmente Concluídos (marcados em Cinza na Figura 02) os estados de PA, GO, DF e RJ. Este dado não aparece no Atlas de 2008.

Um caso para se observar com mais cuidado é o do PA. Na Figura 01 aparece como Atlas Publicado (em Verde) o que se subentende que o mesmo foi finalizado e em 2013 como Atlas Parcialmente Concluído (em Cinza).

Aragão (2020, p. 140) nos atualiza com relação aos Mapas Linguísticos Regionais e mostra os Atlas Linguísticos estaduais publicados ou realizados:

Atlas Prévio dos Falares Baianos (1963), Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais (1977), Atlas Linguístico da Paraíba (1984), Atlas Linguístico de Sergipe (1987), Atlas Linguístico do Paraná (1994), Atlas Linguístico de Sergipe II (2002), Atlas Linguístico Sonoro do Estado do Pará (2004), Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul. (2007). Atlas Linguístico do Paraná II (ALPR – (2007); Micro Atlas-Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ – (2008). Atlas Semântico-Lexical do Estado de Goiás (ALG - 2013). Atlas Linguístico do Estado do Ceará (2010); Atlas Linguístico do Amazonas (2004); Atlas Linguístico de Goiás: Léxico-Fonético (2015). (ARAGÃO, 2020, p. 140)

Oliveira (2013, p. 01) observa que, em 2013, havia no Brasil por volta de 181 Línguas Indígenas e afirma que:

O Brasil possui dois grandes troncos linguísticos: O Tupi e o Macro-Jê. O Tupi-Guarani compreende dez famílias distribuídas pelo nosso território e se divide em oito sub-grupos. O tronco linguístico Macro-Jê abrange doze famílias e tem uma peculiaridade hipotética, devido ao seu descobrimento recente e poucas pesquisas relacionadas ao mesmo. (OLIVEIRA, 2013, p. 01)

Apresenta-se, nas Figuras 03 e 04, os mapas das Línguas Indígenas faladas no Brasil e o Mapa das Línguas Cooficiais, respectivamente. A seleção desde *corpus* ocorreu devido aos importantes dados que estas Figuras trazem e porque, se estamos falando em Linguística e Sociolinguística e nas diferentes formas de falar, é importante não silenciar os processos de descrição das Línguas Indígenas que em alguns municípios já são línguas cooficiais, e das Línguas dos Imigrantes que contribuem para a diversidade de falares em diferentes regiões do Brasil.

Figura 03: Famílias e troncos linguísticos.



Fonte: Vide nota de rodapé²

² Principais famílias e troncos linguísticos indígenas. Séc. XVI. Disponível em: <<https://br.pinterest.com/pin/391813236315127042/>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Figura 04: Línguas Cooficiais no Brasil, 2021.

Processo de cooficialização	
Línguas Indígenas	
Tukano	São Gabriel da Cachoeira/AM (novembro 2002)
Neengatu	São Gabriel da Cachoeira/AM (novembro 2002)
Baniwa	São Gabriel da Cachoeira/AM (novembro 2002)
Guarani	Tacuru/MS (maio de 2010)
Akwê Xerente	Tocantína/TO (2012)
Macuxi	Bonfim/RR (2014)
Ticuna	Contá/RR (2014) Santo Antônio do Iça/AM (2020)
	Projeto de Lei aprovado - aguardando o executivo
Ingaricó	Uiramutã/RR
Saterê Mauê	Mauês/Amazonas
Mebêngôkre (Kayapó)	São Félix do Xingu/Pará
Total: 11 línguas	
Total: 9 Municípios	

Línguas Alóctones (processos de imigração)		
Pomerano	S.M. de Jetibá/ES (julho 2009),	Canguçu/RS (junho 2010)
	Poncas (julho 2009)	São Lourenço do Sul/RS
	Domingos Martins/ES (outubro 2011)	Pomerode/SC (maio 2017)
	Laranja da Terra/ES (junho 2008)	Espigão do Oeste/Rondônia (em tramitação)
	Vila Pavão/ES (novembro 2009)	10 municípios
Itarana/ES		
Talian	Serafina Correia/RS (novembro 2009)	Ivorá/RS (23 março 2018)
	Flores da Cunha/RS (abril 2015)	Antônio Prado/RS
	Bento Gonçalves/RS (junho 2016)	Camargo/RS
	Parai/RS (2016)	Nova Pádua/RS
	Nova Roma do Sul/RS (outubro 2015)	Guabiju/RS
	Fagundes Varela/RS (junho 2016)	Nova Erechim/SC (agosto 2017)
Caxias do Sul/RS (outubro 2017)	Ipumirim/SC (2020)	14 municípios
Hunsrückisch hunsriqueno	Antônio Carlos/SC (setembro 2010)	Ipumirim/SC (2020)
	Santa Rita do Herval/RS (dezembro 2010)	3 municípios
Plattdüütsch	Wesfália/RS (Lei 1302, 16/03/2016)	1 município
Alemão	Pomerode/SC (setembro 2010)	1 município
Dialeto trentino	Rodeio/SC (2020)	1 município
Total 6 línguas		Total: 29 Municípios

Fonte: MORELLO, Rosângela. IPOL, 2021.

Na Figura 03, podemos observar que a parte em verde claro no mapa, (outros grupos) corresponde em grande parte aos estados que ainda estão em processo de construção de seus Atlas Linguísticos. Mesmo sendo um mapa que retoma as Línguas Indígenas faladas

entre 1501 e 1600, podemos constatar esta afirmação. RO, por exemplo, que aparece com Atlas em Andamento em 2013, mas que em 2008, está em branco, ou seja, não havia iniciado ainda as pesquisas para compor o Atlas Linguístico do Estado.

As Línguas Indígenas dos Troncos Tupi (Laranja Claro) e Macro-Jê (Amarelo) estão espalhadas por praticamente todos os estados do Brasil. O Tupi aparece ao redor do mapa do Brasil e o Macro-Jê mais no centro. Temos ainda muitas famílias linguísticas distribuídas pelo país inteiro. Muitas Línguas Indígenas desde o início do século XXI (2001-2100) estão se tornando línguas cooficiais em alguns estados brasileiros. No Amazonas – AM – desde 2002, temos as línguas Tukano, Neengatu e Baniwa, do tronco Tupi, como cooficiais.

Conforme a Figura 04, podemos observar que as línguas indígenas se tornaram cooficiais nas duas primeiras décadas do século XXI, o que demonstra um processo muito recente neste sentido.

Observa-se que, na Figura 04, a maioria das cidades que possuem Línguas Cooficiais Indígenas estão nos estados do AM (2002, 2020), MS (2010), TO (2012), RR (2014). O AM aparece nos Atlas de 2008 e 2013 como Atlas Concluído; MS em Andamento em 2008 e Concluído em 2013; TO e RR aparecem sem Atlas em 2008 e 2013, mas em 2012, TO tem a Língua Indígena Akwê Xerente tornada Cooficial e em 2014, RR tem a língua Wapichana tornada Cooficial. O Brasil tem ao todo 17 línguas cooficiais em 38 municípios. Estes dados foram atualizados em 15 de fevereiro de 2021, por Morello (2021).

Existe ainda o processo de cooficialização de Línguas Alóctones que são as línguas que chegaram ao Brasil pelo processo de imigração. Os estados de Espírito Santo – ES – e Rio Grande do Sul – RS – desde 2009 iniciaram o processo de cooficialização de línguas alóctones com o Pomerano e o Talien, respectivamente.

Nos dias atuais (2021), temos um total de 11 Línguas Indígenas Cooficiais em cinco Estados – AM, PA, MS, RR e TO e em nove municípios. Com relação às Línguas Alóctones, temos seis Línguas Cooficializadas em quatro Estados – RS, SC, RO e ES e em vinte e nove municípios.

Os estados de SC, RS, TO e RR têm línguas alóctones cooficiais. SC e RS aparecem nos Atlas das Figuras 01 e 02 com o *status* de Concluído em 2008 e 2013. ES aparece com Atlas em Andamento em 2008 e 2013, TO aparece sem Atlas em 2008 e com Atlas em Andamento em 2013. São dados importantes porque denotam que as pesquisas linguísticas, de modo geral, fortalecem a identificação das Línguas Indígenas faladas no Brasil e fomentam a importância da cooficialização de línguas que se falam em

determinadas regiões. Este é um processo cultural que respeita a diversidade étnico-linguística.

5. Considerações

Ao delimitar o estudo de cartas e mapas linguísticos, observa-se que há possibilidades de desenvolver estudos em diferentes perspectivas ao se considerar a situação linguística e social em que está envolvida a variação. Ao retomar um estudo mais histórico da Linguística, procura-se mostrar que à medida que as pesquisas e os pesquisadores evoluem, aparecem mudanças significativas que nos auxiliam a compreender o processo de constituição da língua no mundo.

A proposta da Sociolinguística Variacionista tem a pretensão de dar conta de aspectos variáveis que ocorrem nas falas dos falantes e, neste sentido, ela é uma teoria da mudança e, por isso, não pode ter métodos fixos imobilizados de pesquisa e não se encaixa nos moldes de uma teoria formal de pesquisa linguística.

Saussure e Meillet são contemporâneos e estudavam assuntos muito parecidos. Labov, nascido em 1927, não chega a conhecê-los em vida: Saussure falece em 1913 e Meillet em 1936, mas, com certeza, os estudos destes sobre a constituição das línguas indo-europeias, as variações e a constituição dos troncos linguísticos influenciaram Labov na construção da Sociolinguística Variacionista.

O Decreto n. 30.643/1952 trouxe uma nova realidade Linguística ao país, mas foi necessário aprofundar as pesquisas e entendimentos sobre a variação linguística, considerando os diferentes falares dos brasileiros. No Brasil o processo de organização do Atlas Linguístico aconteceu graças a Antenor Nascentes, Serafim da Silva Neto, Nelson Rossi e Celso Cunha que se envolveram em pesquisas sobre a língua e intensificam as produções teóricas sobre o assunto através de publicações sobre o léxico regional, glossários, produção de gramáticas, dicionários, e impulsionaram as pesquisas fomentando a Dialectologia brasileira e promoveram mudanças significativas na geografia linguística.

Nas Figuras 01 e 02, as legendas dos Atlas Linguísticos de 2008 e 2013, respectivamente, nos mostram que muitas pesquisas para a descrição das Línguas Alóctones e Autóctones estão sendo realizadas nos mais diferentes Estados do Brasil. Este processo demonstra a preocupação de pesquisadores das áreas de Linguística e Sociolinguística em atualizar os Atlas Linguísticos Brasileiro.

Na Figura 03, observamos que as Línguas Indígenas estão espalhadas por todos os estados do território brasileiro e muitos dos Atlas Linguísticos do Amazonas, por exemplo,

são das Línguas Indígenas; por isso também o processo, neste Estado, de cooficialização de línguas como Tukano, Neengatu e Baniwa, conforme dados da Figura 04.

Nos Estado do Sul do Brasil – RS, SC – e Espírito Santo temos Línguas Indígenas dos troncos Tupi e Macro-Jê e a língua Charrua, no extremo Sul do RS, mas o processo de cooficialização segue outro caminho. Nestes Estados são as línguas alóctones – faladas pelos imigrantes – Pomerano e Talien que são cooficializadas desde 2009 em alguns municípios.

São dois processos diferentes de cooficialização, mas um não anula o outro, cada língua Autóctone ou Alóctone segue seu rumo na cultura do Brasil. O que precisamos enaltecer é o respeito às diferenças e fomentar ainda mais pesquisas para que o Brasil tenha um Atlas Linguístico completo e que cada comunidade, município possa escolher a(s) língua(s) que quer(em) como Cooficial(ais).

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade; MOTA, Jacyra Andrade; MILANI, Gleidy Aparecida Lima (org.). Documentos 1. Bahia: EDUFBA, 2004. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos_1.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. v. 1, 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 21-47.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Interfaces entre dialetologia e história. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva (org.). Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto, 2006, p. 159-182.
- ANTUNES, Irandé Costa. No meio do caminho tinha um equívoco: gramática tudo ou nada. In: BAGNO, Marcos (org.). Linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002, p. 127-154.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Os estudos dialetais e geolinguísticos no Brasil. Revue Roumaine de Linguistique - RRL, v. 53, n. 1-2, 2008, p. 125-140. Bucaresti. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/artigo6.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Resgatando a história do atlas linguístico do Brasil. Acta Semiotica et Linguistica, ano 44, v. 25, n. 1, 2020, p. 136-150. UFPB.

- Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/53677/30745>. Acesso em: 10 mar. 2021.
- BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral II. 2. ed. Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral. Tradução de Maria da Glória Novak; Luiza Neri. São Paulo: Nacional, 1976.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- BRASIL. Decreto n. 30.643 de 20 de março de 1952. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-30643-20-marco-1952-339719-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.
- BRÉAL, Michel. Ensaio de semântica. Tradução de Aída Ferraz; Eduardo Guimarães; Eleni Jacques Martins; Pedro de Souza. São Paulo: EDUC, 1992.
- BRIGHT, Willian. As dimensões da sociolinguística. In: FONSECA, Maria Stella Vieira; NEVES, Moema Facure (org.). Sociolinguística. Tradução de Elizabeth Neffa Araújo Jorge. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 17-22.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (org.). Documentos 4. Salvador, BA: Vento Leste, 2013. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos_4.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres (org.). Documentos 3. Vozes do X WorkALiB: amostras do português brasileiro. Salvador, BA: Vento Leste, 2012. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/doc_3.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.
- DIAS, Luiz Francisco. Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. A língua inatingível: o discurso na história da linguística. Tradução de Bethania Correia Sampaio Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- GNERRE, Maurizio. Linguagem, escrita e poder. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- GUIMARÃES, Eduardo. Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 1995.

- HAMPEJS, Zdenek. Três aspectos da obra de Antenor Nascentes. *Letras – Revista do curso de Letras*, n. 12, 1961. Faculdade de Filosofia. Curitiba: Universidade do Paraná. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/19878/13104>. Acesso em: 29 nov. 2020.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Os atlas regionais brasileiros publicados e em curso: percursos metodológicos. In: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva (org.). *Documentos 2: projeto atlas linguístico do Brasil*. Salvador: Quarteto, 2006, p. 67-94.
- LABOV, William. Padrões sociolinguísticos. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre; Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.
- MEDEIROS, Vanise. Um glossário contemporâneo. A língua merece que se lute por ela. *RUA* [online], v. 2, n. 18. 2012, p. 19-33. Campinas, SP. Unicamp/Nudecri/Labeurb. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638283/5905>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948.
- MORELLO, Rosângela. Lista de línguas cooficiais em municípios brasileiros. IPOL, 2021. Disponível em: <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva (org.). *Documentos 2*. Salvador, BA: Quarteto, 2006. Disponível em: <https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa (org.). *Documentos 5. Avaliação e perspectivas*. Salvador, BA: Quarteto, 2015. Disponível em: https://alib.ufba.br/sites/alib.ufba.br/files/documentos_5.pdf. Acesso em: 11 mar. 2021.
- OLIVEIRA, Mileide Terres de. Etnolinguística: semelhanças e diferenças Tupi e Macro-Jê. *RCA – Revista Ciências da AJES*, v. 04, n. 08, 2013, p. 01-07. Disponível em: <https://www.revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/24/13>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e o ensino no Brasil*. Campinas, SP: RG, 2009.
- ROMANO, Valter Pereira. Balanço crítico da geolinguística brasileira e a proposição de uma divisão. *Entretextos*, v. 13, n. 02, 2013, p. 203-242. Londrina. Disponível

em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Balan%C3%A7o-cr%C3%ADtico-da-Geolingu%C3%ADstica-brasileira-e-a-de-Romano/f342c660a871aca3b7ca007c8bcc02f61bf1fe99#citing-papers>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Tradução de Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Hosana dos Santos. Fundamentos linguísticos: estudos sociolinguísticos. São Paulo: Unifesp/Governo Federal, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/39182/COMFOR-PLEEL-Mod3-Dis2.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2020.